



ARTIGOS - ARTICLES

O sentido da história:
considerações sobre o historicismo em Karl Popper

Romário Ney Rodrigues de Souza¹
USP
romasouza@usp.br

Como citar este artigo: SOUZA, N. R. “O sentido da história: considerações sobre o historicismo em Karl Popper”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 103-129. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: As experiências traumáticas desencadeadas pelos regimes totalitários na primeira metade do século XX deram impulso à crítica de Karl Popper (1992 – 1994) aos sistemas de ideias que abrigam a crença, quer por leis ou por alguma razão histórica, no ordenamento dos destinos dos indivíduos. Objetivamos apresentar a crítica de Popper ao conjunto de ideias nomeadas por ele de historicismo, isto é, a visão de que caberia às Ciências Sociais a função de fazer previsões a partir da compreensão das leis de uma história teleológica. As linhas que norteiam as principais teses de Popper serão apontadas nas obras: *The Poverty of Historicism* (1944-45) e *The Open Society and Its Enemies* (1945), além do diálogo com autores como Raymond Aron (1905-1983), Isaiah Berlin (1909-1997) e François Furet (1927-1997). Ao mostrar a impossibilidade de se fazer previsões por processos de seleção interpretativos a partir da multiplicidade dos temas que constituem os eventos históricos, Popper põe em xeque as leis que determinariam o enredo de uma história teleológica, ao mesmo tempo em que afirma sua crença nas possibilidades da agência humana.

Palavras-chave: Karl Popper. Historicismo. Falibilismo. Teoria da história.

The meaning of history: considerations about historicism in Karl Popper

Abstract: The traumatic experiences triggered by totalitarian regimes in the 20th century gave impetus to the criticism that Karl Popper (1992 – 1994) makes of the systems of ideas that harbor the belief, whether by laws or for some historical reason, in the ordering of destinies of individuals. We aim to present Popper’s criticism of the set of ideas he named historicism, that is, that it would be the task of the Social Sci-

¹ Doutorando (2021) em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo - USP. Possui Graduação (2013) em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC) e Mestrado (2017) em Letras: Linguagem e Identidade pela mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8243929153644321>

ences to make predictions based on the discovery of the laws of a teleological history. The threads that guide Popper's main theses will be pointed out in the works: *The Poverty of Historicism* (1944-45) and *The Open Society and Its Enemies* (1945), in addition to the dialogue with authors such as Raymond Aron (1905-1983), Isaiah Berlin (1909-1997) and François Furet (1927-1997). By showing the impossibility of making accurate predictions based on selective interpretation of the multiple aspects that constitute historical events, Popper calls into question the alleged laws that would determine the plot of a teleological history, while affirming his belief in the possibilities of human agency.

Keywords: Karl Popper. Historicism. Fallibilism. Theory of History.

Introdução

Na obra *“The Open Society and Its Enemies”* (1945) (A sociedade aberta e seus inimigos), Karl Popper (1902-1994) utiliza vários capítulos para abordar diferentes estratos do pensamento de Marx (1818-1883), sua profecia e seu historicismo. No entanto, é no último capítulo que Popper, em anotações esparsas, levanta um conjunto de considerações e problemas sobre se a história teria alguma significação. Para discutir com mais detalhes o assunto, o autor faz algumas anotações preambulares acerca de como as ciências, assim como as descrições históricas, são tão dependentes dos pontos de vistas e dos interesses, como dos fatos descritos e selecionados pelos cientistas.

As incursões teóricas popperianas analisam a história, na escolha e seleção dos seus objetos, sob o mesmo prisma em que as ciências são caracterizadas, contudo, com uma diferença fundamental – e esse é o ponto central da crítica do autor: não se deve analisar a história a partir da constituição de leis que determinariam a crença de que a história estaria levando as sociedades para algum lugar, uma finalidade última, no caso do marxismo, para uma redenção futura. A isso Popper denomina como *historicism*².

² Na conferência proferida por Karl Popper, no Congresso Internacional de Filosofia, em 1948, Amsterdam, o autor demarca o significado do que ele nomeou de historicismo. A crítica de Popper se dirige à necessidade que as ciências sociais têm de instrumentalizar as análises sociais por meio de *profecia histórica* como racionalização da atividade política. Para o autor, tal postura é considerada “reliquia de antiga superstição, embora os historicistas estejam convencidos de que se trata de uma teoria nova, progressista, revolucionária e científica” (POPPER, 2002, p. 512).

Para Popper, assim como não pode haver história do passado tal como efetivamente aconteceu, pois o que há são inúmeras interpretações – e sem que elas sejam definitivas –, a interpretação historicista é equivocada quando esta não reconhece que são os indivíduos que escolhem e ordenam os fatos históricos, mas atribuem ao desenrolar da história efeitos que determinariam, por meio de suas leis, a marcha, o desenvolvimento e o destino das sociedades. Ou seja, a perspectiva historicista empenha-se em descobrir o caminho e a chave da história, a fim de que, em posse de tais elementos, os indivíduos encontrem o sentido da história.

Nesse aspecto, levando-se em consideração os processos de seleção e o ordenamento dos fatos históricos, Popper ressalta que esses apresentam, no próprio ato seletivo, um conjunto infinito de fatos, bem como inúmeras possibilidades de interpretações. Ademais, deve-se ter em conta que essa infinita riqueza da descrição histórica, da qual trata o autor, carrega traços e aspectos incompletos, uma vez que as interpretações só podem falar dos objetos selecionados.

Neste artigo, nosso objetivo é estabelecer um campo dialógico com as considerações teóricas que Karl Popper propõe em relação às crenças historicistas. Dentro dessa conceituação, buscamos discutir o sentido, as leis e as chaves históricas que as ideias historicistas implementam na sua busca para desnudar a determinação da marcha dos indivíduos dentro do processo histórico.

O desenvolvimento do artigo se desdobrará em três etapas: a) identificação e seleção dos eixos de leituras correspondentes ao tema dentro das seguintes obras do autor: *The Open Society and Its Enemies* (1945) (A sociedade aberta e seus inimigos), *The Poverty of Historicism* (1944-45) (A miséria do historicismo) e *Conjectures and Refutations* (1963) (*Conjecturas e refutações*); b) discussão dos aspectos polissêmicos do historicismo alemão – apresentados por autores diversos em livros e periódicos –, e suas diferenças em relação ao historicismo de Popper, tais como: Assunção Barros, José C. Reis, Josep Fontana, Estevão Martins, Pedro Caldas c); finalmente, serão recortados eixos temáticos a partir

dos autores: Raymond Aron (*L'opium des intellectuels*), Isaiah Berlin (*Political ideas in the romantic age*) e François Furet (*Le passé d'une illusion*) que, à semelhança de Popper, discutiram o devir da história como efeito ontológico.

A semântica da teoria e das ideias de Karl Popper

“Sem Hitler e os nazistas, Karl Popper nunca teria escrito o livro-chave do pensamento democrático e liberal moderno”. Com essas palavras, Vargas Llosa, autor do livro *La llamada de la tribu* (2018), inicia uma das melhores biografias sobre o filósofo austro-britânico. Nos fios biográficos demarcados por Vargas Llosa, Popper rejeita qualquer tipo de nacionalismo – caracteriza-os como uma “volta à tribo”, ao pensamento mágico e irracional - e, não obstante pertencer aos laços judaicos desconfia da ideia de “povo eleito” (atribuição aos judeus). Para Popper, nas palavras de Llosa, essa ideia “*pressagiava as visões modernas de “classe eleita” do marxismo ou de “raça eleita” do nazismo*” (LLOSA, 2018, p. 89).

Popper nasceu a 28 de julho de 1902, em Himmelhof, Ober St Veit, no extremo oeste de Viena, sendo o único filho do Dr. Simon Siegmund Carl Popper e Jenny Popper. “O pai de Popper foi um homem culto, historiador, poeta, cientista social, mais que um advogado, um “scholar”, segundo seu filho” (MILLER, 2010, p. 10). Ainda, segundo Miller,

Popper permaneceu na universidade até 1928. Formalmente estudou matemática com Hahn, Helly, Furtwängler e Menger; física com Ehrenhaft, Haas, Lecher e Thirring; psicologia com Bühler; e filosofia com Heinrich Gomperz e Schlick (MILLER, 2010, p. 11).

Na capital da Áustria desenvolveu interesses pela música, talvez por influência de sua mãe, Jenny Schiff Popper, que “dividia o tempo entre atividades domésticas e a música” (PELUSO, 1995, p. 12). Com os estudos no campo da filosofia, em 1928, Popper “discutiu a sua tese de bacharelado – *Sobre a ques-*

tão do método da psicologia do pensamento – com o psicólogo Karl Bühler” (REALE, 2006, p. 157).

Popper não foi, desde o início de sua formação, um autor das grandes cátedras. Ao contrário, desenvolveu o ofício da docência ensinando matemática e física na escola primária, por exemplo. Ao descrever a biografia de Popper, Llosa ressalta que as múltiplas funções do autor, ainda na juventude – como carpinteiro, operário, exercendo atividades em asilos de crianças –, não o levaram a “imaginar que seria professor de filosofia” (LLOSA, 2018, p. 91). No entanto, a sua sólida formação filosófica, sobretudo no campo da epistemologia, o tornou, nas palavras de Giovanni Reale (2006, p. 139), “crítico em relação ao neopositivismo, à Escola de Frankfurt e à filosofia analítica”, além de um dos maiores filósofos da ciência do século XX e defensor tenaz e agudo da sociedade aberta, ou seja, do Estado democrático (p. 139).

A noção de uma *sociedade aberta*, em oposição às sociedades fechadas do totalitarismo, deve ter tido suas raízes ainda na Viena do final do século XIX e início do XX, uma vez que, além de ser uma cidade que demonstrava espírito crítico, e grande criação literária, Viena ancorava debates intelectuais e políticos de grande efervescência, ademais, refletia um ambiente multicultural (LLOSA, 2018, 89). É nesse ambiente cultural de múltiplas facetas onde Popper critica “a compartimentalização do conhecimento em setores com objetos e métodos próprios” (PELUSO, 1997, p. 13); além de propor a crítica a qualquer pensamento dogmático, como efeito de um método baseado na racionalidade, Popper reafirma a importância da liberdade para as práticas que constituem a atividade racional.

Por ser um teórico da ciência, Popper se dedica a tecer inúmeras críticas aos procedimentos e métodos com que outros autores desenvolviam seus trabalhos. É assim que, partindo das noções de *falseabilidade*, isto é, de que para se afirmar como campo científico, todo conhecimento estará sujeito ao teste, “pela rigorosa aceitação do método de falseamento de seus resultados” (O’HEAR, 1997, p. 8), o autor passa a enxergar vários problemas nas correntes de pensamento que se mostravam dominantes na sua época, tais como: “o

positivismo do Círculo de Viena, os conhecimentos em torno da psicanálise freudiana, a psicologia de A. Adler e o marxismo” (PELUSO, p. 14,15).

Apesar de os pais de Karl Popper terem se convertido ao Cristianismo, os laços genealógicos com o judaísmo não impediram que as ameaças antisemitas se irrompessem com a tomada da Áustria pelos nazistas. Com a ocupação nazista, em 1938, a vida cultural da Áustria entrou num processo de decadência, sobretudo, em relação à vida dos judeus. Além de terem os seus símbolos removidos, marcas de uma Áustria independente, os judeus também sofreram intensas perseguições deflagradas pelos nazistas austríacos, afora os saques de propriedades, “o que resultou no suicídio de inúmeros judeus”. (SNYDER, 2017, p. 19).

A fisionomia do obscurantismo, do terror, da censura e de todas as decadências possíveis orquestradas pelo nazismo sufocou esse ambiente que reunia católicos, protestantes, judeus integrados ou sionistas, livres-pensadores, maçons e ateus, cuja contribuição foi fundamental para revolucionar as formas artísticas, como a música, a pintura, a literatura, além das ciências sociais, as ciências exatas e a filosofia (LLOSA, 2018, p. 89).

Além desses elementos que sedimentaram e protagonizaram o terror nazista, Popper olha para outro horizonte que, à maneira nazista, acendeu as chamas de sua crítica às crenças que dogmatizaram certa razão da história: o marxismo³ - elemento-chave do comunismo. A dedicatória que o autor faz no início do livro *A miséria do historicismo*, aos que “tomaram vítimas da crença fascista e comunista” (POPPER, 2002, p. 5), revela a tenacidade da crítica que faz aos dois regimes que, além de engendrar inúmeras mortes sob governos

³ Dois elementos da crítica que Popper faz às ideias de Marx aparecem na obra *A sociedade aberta e seus inimigos*. Os dois elementos constituem uma síntese da crítica que será desenvolvida contra o historicismo. O primeiro é o fato de que Marx, enquanto profeta do decurso histórico, e suas profecias não terem se cumprido, Popper o chama de “falso profeta” (POPPER, 2013, p. 371). Segundo Popper, esse ainda não é o cerne da sua crítica. O outro elemento tem a ver com as ideias incorporadas à teoria de Marx (a constituição de um reino ideal utópico depois da supressão do Estado), e a sua adesão ao historicismo: Marx fez com que inúmeras pessoas fossem desviadas, levando-as a crer que as predições históricas tivessem um selo de garantia científica para pensar as questões sociais. Segundo Popper, “Marx é responsável pela devastadora influência do método historicista de pensamento nas fileiras dos que desejam impulsionar a causa da sociedade democrática” (POPPER, 2013, p. 371).

totalitários, difundiram a ideia de que esses regimes eram guiados por leis inexoráveis do destino histórico.

Dessa forma, ao constituir as bases epistemológicas do seu pensamento no ceticismo a partir de sua imersão nas ciências, Popper se insurge contra qualquer sistema que abrigue noções dogmáticas ou justificacionistas na maneira de enxergar o mundo. O seu ceticismo, portanto, “é marcado por uma profunda hostilidade a qualquer profissão de certeza, ou qualquer pretensão de justificação” (O’HEAR, 1997, p. 8).

A ascensão nazista e a tomada da Áustria forçaram a emigração de Popper, com a sua esposa, em 1937, para a Nova Zelândia. Nesse novo ambiente, Popper se dedica, além dos estudos da pesquisa científica, às investigações em torno da epistemologia das ciências sociais. Entre os anos de 1937 e 1946, Popper escreve sua obra *The Open Society and Its Enemies* e, parodiando a *Filosofia da miséria*, de Proudhon, e *Miséria da filosofia*, de Marx, escreve *The Poverty of Historicism* (A miséria do historicismo), como fruto de uma série de artigos publicados na *Revista Econômica*, entre 1944-1945. Esse livro apareceu primeiro, segundo Peluso (1997), numa edição italiana (1945), depois em edição francesa (1956) e, somente em 1957, teve sua edição inglesa com o título *The poverty of historicism* (p. 18).

Esse pano de fundo histórico – os regimes nazifascistas e comunista – descortinou para Popper as condições que o levariam a propor as mais ácidas críticas aos determinismos históricos engendrados pelas crenças que esses dois regimes exibiam. As configurações desses regimes políticos, bem como suas consequências, levaram Popper a enfrentar os problemas que estão por trás de uma engenharia de pensamento que ousa dar as cartas, por meio de leis inexoráveis, dos destinos humanos.

Existe, dessa forma, uma especificidade conceitual em relação ao historicismo de Karl Popper. O conceito de historicismo é complexo e polissêmico, como afirma José Carlos Reis (2006). O historicismo nomeado por Karl Popper, “doutrina que afirma serem os grandes rumos da história humana, se não

os seus detalhes, governados por leis históricas ou leis do destino”, segundo Miller (2012, p. 24), se diferencia das noções que cercam o historicismo alemão clássico, por exemplo. Nesses termos, o historicismo clássico proposto pelo pensamento de Herder, Dilthey, Simmel, Windelband e Rickert, são distantes da concepção que Popper define no seu livro *A miséria do historicismo* (REIS, 2006, 2014).

É oportuno dizer, para este momento, que a especificidade do historicismo de Popper – o que nos interessa neste artigo –, é o ponto central na constituição do que estamos demarcando aqui como uma teoria da história. A crítica de Popper se dirige, num primeiro momento, para o fato de que, para o historicista, as Ciências Sociais se utilizam da história de forma teórica⁴ (POPPER, 2002, p. 41), ou seja, para o cientista social, além das antecipações históricas basearem-se em leis, essas leis devem impulsionar o argumento de que o seu fim é a transformação social.

Nesse aspecto, Popper demarca um limite entre a compreensão da história, enquanto enredo dos acontecimentos históricos, e o historicismo. Um dos problemas apontados pelo autor é que o modo como os historicistas veem a história não se limita a olhar o passado, mas é preciso olhar para frente, o futuro (POPPER, 2002, p. 44). O olhar para futuro implica a crença de que as leis de desenvolvimento histórico, uma vez captadas, ordenarão o compasso e a marcha dos indivíduos, além de ditar, como elemento subjacente a essas leis, a dinâmica das transformações sociais.

Como já assinalado, os pressupostos popperianos são indissociáveis de suas bases epistemológicas. Por exemplo, as avaliações do autor quanto às epistemologias do século XIX destacam o otimismo que esses campos expressavam não somente na aquisição da verdade, mas no uso da razão como elemento fundante e determinante para o acesso à verdade. Para Popper, segundo Peluso, os usos do conhecimento enquanto elemento que dogmatiza a razão

⁴ Com esse conceito, Karl Popper propõe uma crítica à concepção que afirma que uma teoria científica de desenvolvimento histórico sirva de base para fazer predições.

tem como “consequências o autoritarismo e a violência” (PELUSO, 1997, p. 26).

Qual é, portanto, a proposta e as posições teóricas de Karl Popper na constituição da análise social? Quanto à maneira de lidar com as questões de caráter social, Popper propõe o conceito de *engenharía social de ação gradual*⁵. Mas, esse conceito se filia a outro, nas palavras de Peluso (1997), designado de *realismo epistemológico*. Ambos os conceitos se refletem diretamente nas posições liberais de Popper. O próprio Popper assume a perspectiva de construir a crítica interpretativa a partir de um ponto de vista liberal⁶ (POPPER, 2002, p. 513). Quanto à perspectiva do *realismo epistemológico*, Peluso descreve:

Popper sugere o realismo epistemológico, que pode ser expresso em teses tais como, “é possível agir no mundo, mesmo sem saber a verdade sobre ele”, “podemos identificar quando estamos errados”, “podemos tentar prever as consequências das nossas ações”. As consequências desse “realismo epistemológico” parecem estar associadas ao criticismo e à tolerância (PELUSO, 1997, p. 26).

É esse conjunto de perspectivas que leva Popper a evocar a grande tradição “racionalista ocidental”. Oriundo dos gregos, o debate é, certamente, um dos pilares que sustenta a liberdade de pensar. Sobre o valor da ciência como prática da liberdade individual, o autor ressalta:

Dentro dessa tradição racionalista, a ciência é estimada, reconhecida, pelas suas realizações práticas, mais ainda, porém pelo conteúdo informativo e a capacidade de livrar nossas mentes de velhas crenças e preconceitos, velhas certezas, oferecendo-nos em seu lugar novas conjecturas e hipóteses ousadas. A ciência é valorizada pela influência liberalizadora que exerce – uma das forças

⁵ Essa posição do autor reconhece a impossibilidade de criar instituições inteiramente seguras ou perfeitas, buscando “remendar por partes”, isto é, seus adeptos procurarão operar com pequenos ajustes, pois se tem consciência de que se sabe muito pouco, ao contrário dos sistemas utópicos.

⁶ O *liberalismo* de Popper não carrega o mesmo sentido corrente nos EUA, por exemplo. O uso que Popper faz reflete o modo como é empregado na Inglaterra. Além disso, Popper não se filia a posicionamento partidário. Nas palavras do próprio autor: “liberal, para mim, não é o simpatizante de um determinado partido político, mas aquele que valoriza a liberdade individual e que é sensível aos perigos intrínsecos de todas as formas do poder e da autoridade” (POPPER, 2002, p. 14).

mais poderosas que contribui para a liberdade humana (POPPER, 2002, p. 166).

São esses pressupostos – liberdade individual, ruptura com sistemas fechados que abrigam certezas e dogmas, liberdade de pensamento, proposições graduais nas análises de conjunturas sociais, além da valorização da ciência enquanto conhecimento aberto –, que conduzem o pensamento popperiano a se contrapor a qualquer ideia de caráter utópico. É, ainda, a partir dessas ideias que o autor propõe a crítica à maneira como os historicistas compreendem os acontecimentos históricos.

As raízes do historicismo: o pensamento romântico e alemão

Antes de fazermos alguns apontamentos em torno do historicismo alemão, sinalizamos duas questões: a primeira é que não intencionamos, nesta seção, detalhar a história dos historicismos⁷, uma vez que tal empreendimento – além de ser largamente discutido em manuais de teoria da história, não é o propósito fundamental deste artigo. No entanto, traremos alguns aspectos partindo das ideias de autores que se propuseram a interpretar a história tendo como horizonte, é preciso reconhecer, as perspectivas de mundo que os cercavam – razão pela qual não cogitamos apresentar elementos de caráter valorativos entre as ideias historicistas do final do século XVIII e início do XIX, e a especificidade do historicismo de Karl Popper.

A segunda questão é que há certo consenso entre alguns autores⁸ que se dedicam aos estudos da Teoria da História de que a variedade de pensamentos e ideias que permeia a complexidade do historicismo não é de fácil descri-

⁷ Não é muito usual a atribuição plural para esse termo, contudo, acreditamos que pelo fato de tal movimento apresentar variadas facetas desde a sua gênese, no século XVIII, seria impossível designar os períodos e os diferentes autores a partir de uma descrição homogênea. No entanto, para não criarmos estranheza, manteremos o emprego de historicismo no singular, tal qual aparece nos livros que o discutem o campo da Teoria da História.

⁸ As dificuldades em conceituar o historicismo são apresentadas nos textos de Fontana (2004), Reis (2006), Martins (2010) e Barros (2011).

ção e explicação, posto que, além de apresentar linhas de pensamento com expressões plurais, foram ideias que se multiplicaram em diversos pontos geográficos da Europa e nas Américas, inclusive.

Essa dificuldade em determinar um lineamento que esclareça as bases das principais ideias e autores da corrente historicista é destacada por José D'Assunção Barros (2011) da seguinte forma:

O Historicismo se formou, assim, de elementos dispersos. Aproveitou as técnicas de crítica documental que já vinham sendo desenvolvidas pelos teólogos, e também se valeu do ímpeto relativista inaugurado por Chladenius e outros filólogos. Da Hermenêutica, um saber técnico igualmente oriundo dos meios eclesiásticos, e que logo seria elevado a 'arte da interpretação', também extrairia um novo traço de identidade (BARROS, 2011, p. 123).

Para além desses traços que entrelaçaram diversos elementos para a sua composição, deve-se levar em consideração que o historicismo está ligado a um conjunto de mudanças e transformações pelas quais passava a Europa do século XIX, tais como os impactos das ideias políticas impressas pela Revolução Francesa (1789) bem como as transformações tecnológicas oriundas da Revolução Industrial na transição do século XVIII para o XIX. Ligado a esses eventos e, além do entendimento de que os seus desdobramentos ocorrem “no contexto de afirmação dos Estados Nacionais do século XIX”, como afirma Barros (2011, p. 107), o historicismo se apresenta como resposta a uma crise oriunda dos processos de mudança acima elencados, além da necessidade de elaborar “uma nova forma de consciência histórica que se posicionasse criticamente quanto à crítica iluminista da tradição” (MARTINS, 2002, P. 3).

À vista disso, é um ponto consensual que os desdobramentos em torno da produção do conhecimento histórico – ou de uma história que se quer científica, no caso específico alemão –, tenham relação e inspiração nas concepções oriundas da valorização da nacionalidade alemã. Essa valorização da nacionalidade alemã, especialmente a prussiana, é expressão dos vários agrupamentos políticos dos estados, razão pela qual o historicismo desse período toma como elemento fundamental a necessidade de pensar a nação numa perspectiva coesa

e antirrevolucionária, algo que, segundo Fontana (2004), era um empreendimento que os intelectuais vinham aventando desde o final do século XVIII, “para estabelecer as bases de uma cultura nacional calcada na unidade da língua” (p. 221).

Sobre o papel dos dirigentes que se puseram numa posição de reação a qualquer possibilidade de grandes mudanças como fruto de revoluções, Fontana (2004) destaca:

Os dirigentes da sociedade perceberam, desde o início, a necessidade de fechar as portas às ideias subversivas e de ajudar a criar um consenso social baseado na luta nacionalista. A ação iniciou-se com a reforma educacional de Humboldt e continuou nas universidades prussianas – em especial a de Berlim, fundada em 1810 – que ofereciam aos intelectuais bem-estar econômico e promoção social, recebendo deles, em troca, as armas ideológicas para fazer frente à subversão sob a forma de uma cultura nacional que se apresentava dissociada do terreno da política e renunciava às funções de crítica social assumidas pelos intelectuais da Ilustração, encarregando-se de preparar a população para reverenciar o estado ao qual proporcionavam legitimação (FONTANA, 2004, p. 223).

Percebe-se, pela citação, que esse historicismo apresenta uma clara posição conservadora em relação ao espírito revolucionário francês. As reformas não refletem grandes transformações na estrutura política – como ocorreria num movimento revolucionário –, mas representam, em certa medida, um apego e uma valorização das tradições passadas. Com isso, não queremos dizer que o historicismo, especialmente como é o caso alemão, seja essencialmente conservador; no entanto, tal leitura indica que o historicismo tem como preocupação fundamental esboçar uma história que valorize o elemento nacional em contraposição ao universalismo da Ilustração.

É importante assinalar que essas noções sobre a produção de um conhecimento histórico que particulariza a história específica de cada povo são encontradas em filósofos e historiadores – considerados os primeiros historicistas – românticos do século XVIII, como o italiano Giambattista Vico (1668

-1774), e o alemão Johan Gottfried von Herder (1744 – 1803). Esses dois autores impuseram formas e critérios no modo de interpretar e escrever a história cujos impactos foram sentidos nas gerações seguintes. Um desses impactos é justamente a compreensão de que à história deve-se atribuir um *status* de domínio próprio do conhecimento, separado das ciências naturais. Sobre Vico, o filósofo e historiador das ideias Isaiah Berlin (2014), na sua obra *Political ideas in the Romantic Age* (Ideias políticas na era Romântica), destaca:

A proposição de que a história é única nesse sentido, e a célebre e importante distinção (que tem alternadamente lançado luz e obscuridade sobre seu tema) entre as ciências naturais e históricas, ou ainda mais amplamente, entre as ciências e as humanidades, foi formulada com uma perspicácia surpreendente pelo filósofo italiano Vico, e desde então foi totalmente ignorado por mais de um século (BERLIN, 2014, p. 270).

Fica claro, por esse fragmento, alguns importantes lampejos das concepções de Vico: a) o caráter particular da unicidade da história; b) a separação e distinção cada vez mais determinante entre história e as ciências naturais. Vico se contrapõe ao pensamento cartesiano ao afirmar a impossibilidade de aplicar os métodos da matemática e da física ao campo de investigação das humanidades. Para Vico, “somente Deus, que criou a natureza, podia compreender os processos naturais assim como compreendíamos nossos próprios atos criativos” (BERLIN, 2014, p. 271) – eis aqui um forte elemento teológico na base do pensamento de Vico.

Para Vico, portanto, os modelos que compunham a matemática e a física são insuficientes e obscuros, pois decorrem de observações da natureza a partir do exterior, da aparência. Logo, o que se depreende do seu entendimento, conforme a citação acima, e que compõe a validade de suas ideias, são os processos criativos realizados pelos indivíduos. É essa compreensão dos atos criativos que dão impulso para a sua ideia mais original, segundo Berlin:

A história é inteligível como os corpos materiais - a natureza - não o são, pois a história é um ato da experiência humana. As árvores e as pedras podem persistir no tempo, mas não se diz que tenham uma história (BERLIN, 2014, p. 272).

Vico olha para o passado a partir do que é tecido nas experiências humanas (sofrimentos, vontades, ideias, tradições), em oposição ao que ocorre com elementos meramente observáveis na natureza, além introduzir as diferenças de perspectivas entre um historiador e um cientista da natureza quanto aos seus resultados.

Além de Vico, outro pensador importante para a constituição de um campo historiográfico foi Johan Gottfried von Herder (1744 – 1803). Herder é, certamente, uma das maiores figuras desse movimento historicista. Assim como Vico, Herder demonstrava intensa piedade e crença em Deus como criador do universo. Predomina, nas ideias de Herder, a noção de que a história humana não se desenrola a partir de uma sucessão de acontecimentos “rigidamente determinados”, mas por uma espécie de lei “interior” (BERLIN, 2006, p. 279).

Um elemento importante que compõe a originalidade das ideias de Herder é o fato de ele se contrapor à noção da “uniformidade humana” (BERLIN, 2014, p. 279). Ou seja, ao contrapor-se à ideia de uniformidade, como se existisse na natureza uma entidade que, via de regra, pudesse definir a uniformidade dos indivíduos, ou oferecer às ciências naturais certos dados desse processo, Herder sustentava que,

(...) qualquer um que tivesse olhos para ver podia perceber diferenças morfológicas entre as culturas, podia constatar que havia algo comum à música alemã, à pintura alemã, à perspectiva política e atitude geral para com a vida apresentadas por alemães de qualquer dado período um espírito comum que os tornava reconhecidamente alemães e diferentes de tudo o que era característico dos franceses ou italianos; assim como tudo o que era típico do século XVIII diferia em certas maneiras muito perceptíveis do que era típico da Grécia clássica, de Roma ou da Judeia (BERLIN, 2014, p. 280).

Dessa forma, Herder destaca, não somente a validade da diversidade das culturas, mas exalta, como se lê na citação, a ideia da peculiaridade e das

particularidades encontradas nas culturas e povos.⁹ Com tais ênfases, Herder valoriza, igualmente, as experiências acumuladas de culturas e indivíduos do passado, o que faz dele um dos precursores do “conservadorismo romântico”, com sua reação a qualquer coisa que causasse alguma ruptura com o “padrão preestabelecido do espírito de um determinado povo” (BERLIN, 2014, p. 289).

Assim, é preciso pontuar que boa parte das ideias desses autores românticos até aqui comentadas (Giambattista Vico e Herder) foram fundamentais para a composição do historicismo alemão do século XIX. Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), por exemplo, ao introduzir no campo da história os métodos críticos oriundos da filologia e a crítica das fontes, opõe-se à Ilustração ao afirmar as peculiaridades de cada povo, bem como a historicidade individual. Uma obra que expressa muito seus métodos são os dois volumes intitulados *História de Roma* (1811-1812).

Outro nome de grande importância para o historicismo é o de Leopold von Ranke (1795-1886). Ranke é, segundo Fontana (2009), “o homem comumente considerado fundador do historicismo e que, de fato, seria o divulgador dos novos métodos “científicos” da história” (p. 225). Seus métodos aparecem na publicação de *Histórias dos povos românicos e germânicos de 1494 a 1514* (1824) onde direciona sua “crítica aos historiadores modernos”, dirigida contra a filosofia histórica da Ilustração, que já mostrava as grandes linhas da cruzada metodológica que deveria manter ao longo da vida” (FONTANA, p. 225).

⁹ Herder traça um caminho inverso em relação ao Iluminismo. Enquanto o Iluminismo propunha que as coisas boas e belas pudessem ser encontradas em qualquer cultura, de qualquer tempo, tendo como fundamento o seu valor intrínseco (a ideia de universalismo), não é essa a perspectiva de Herder. O que ele propõe é pensar os indivíduos interligados, cada povo e cultura com a sua historicidade; cada povo e cultura com as suas peculiaridades. Herder é contra o cosmopolitismo kantiano (história universal), por exemplo. Esse modo de pensar corrobora a sua perspectiva da história, isto é, apesar de sua visão teológica – e que os que fazem parte da criação se movem a partir de propósitos – Herder, segundo Caldas (2007, p. 53), rompe com a “tradição metafísica quanto ao acesso à verdade”, além de entender que nenhuma época é capaz de apreender o processo histórico na sua totalidade.

Além de conceber as particularidades da política e das nações – contra as generalizações – a necessidade de buscar a compreensão dos acontecimentos e sua explicação, Ranke pensa a história a partir de um horizonte teológico. Além desse aspecto onde Deus é uma espécie de organizador da sociedade, a história escrita por Ranke terá como estilo os desdobramentos em torno dos estados, da diplomacia e das guerras.

Outro pensador que merece ser referenciado é Johan Gustav Droysen (1808-1884). Droysen publicou *História de Alexandre Magno (1833)*, *História da política prussiana (1886)*, *História. Sobre enciclopédia e metodologia da história*. Segundo Fontana (2009), Droysen colocava-se contra o positivismo que pretendia buscar causas “científicas” dos fatos e leis “naturais” da história, antecipando, até certo ponto, as posturas de Dilthey (p. 229). É nesse aspecto que é atribuído ao autor um relativismo, especialmente pelo fato de sua abordagem colocar em xeque as possibilidades plenas da objetividade na ciência histórica.

No seu estudo intitulado *As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães*, Caldas (2007), em um fragmento, sintetiza o pensamento de Droysen:

O mundo dos objetos históricos, se construído pela interpretação do historiador, tampouco será uma mera reprodução de sua mente, mera folha em branco na qual o historiador haverá de inscrever o que melhor lhe aprouver. A história é ambígua, e, por esta razão, é a própria tematização da relação entre o homem e a sua circunstância (CALDAS, 2007, p. 55).

O pensamento de Droysen transposto na interpretação de Caldas (2007) sublinha o entendimento de que não há neutralidade no modo como o historiador organiza os seus objetos de investigação. Na sua *Historik* (reunião de várias conferências proferidas em 1857), Droysen mostra como os registros históricos e as suas referências sofrem inúmeras interferências não somente de quem está lidando com as fontes históricas, mas, sobretudo, pelas próprias ações autorais no tempo e no espaço. São essas circunstâncias (a época, os imaginários, as tradições, a política, a religião) marcadas pelas subjetividades

que desfazem as ilusões de que a objetividade “pura” seja alcançada pelo historiador.

Como se vê, o historicismo não pode ser coberto por um único arco de compreensão, razão pela qual no início desta seção dissemos tratar-se de um movimento com muitas facetas e dimensões. O que se deve depreender, a partir dessas abordagens, são as peculiaridades de cada autor e as ideias que estão sendo construídas: a) visão de mundo, tendo como elemento importante a perspectiva teológica; b) ruptura com a ideia universalista enunciada pela Ilustração; c) valorização de temas que envolvem as particularidades e peculiaridades de cada povo e cultura d) busca pela reconhecimentoda história como ciência na afirmação dos estados-nacionais; e) o elemento conservador (com certas variações) no sentido de que é preciso valorizar as experiências humanas passadas; f) uso dos métodos críticos com relação às fontes; g) entendimento de que os textos (as fontes em geral) sofrem interferência dos historiadores; e h) separação entre as ciências da natureza e os métodos das ciências humanas, além da percepção de que tais campos chegam a conclusões diferentes quanto às suas abordagens.

A especificidade da teoria da história de Karl Popper

Nosso ponto é, depois de fazer um sintético balanço do historicismo desde os românticos, apresentar as contribuições de Karl Popper no seu estudo sobre historicismo. Como já foi apontado, o historicismo delineado por Popper destoa, não somente do historicismo romântico, mas igualmente do historicismo da Escola Alemã. É evidente que, num ponto ou noutro, é possível aproximar o pensamento de Popper de alguma ideia aqui apresentada – e não apresentada –, uma vez que, em hipótese alguma os pontos acima elencados esgotam os campos conceituais que abarcam esse movimento de tão grande expressão.

As perguntas fundamentais levantadas por Karl Popper que norteiam este artigo são: qual é o sentido da história? Tem a história alguma significação? A grande questão de fundo que impulsiona Popper a responder esses problemas é, certamente, o problema do historicismo. Um historicismo que começa com Hegel e encontra em Marx o seu clímax¹⁰ – por isso que Popper, ao analisar o que nomeia de *A teoria moral do historicismo*, defende que “a tarefa a que Marx se lançou no *Capital* foi a de descobrir leis inexoráveis de desenvolvimento social” (POPPER, 2013, p. 495).

Para Popper, todas as outras questões que aparentam ser a tônica do projeto de Marx – a descoberta de leis econômicas úteis às questões sociais, a análise econômica que resulte em preços justos ou “distribuição de riqueza”, liberdade e segurança – não representam apenas as pretensões de Marx, mas, sobretudo a descoberta das leis que determinariam a marcha dos indivíduos e a extração de um campo de possibilidades que redundasse nos processos de transformações e revoluções sociais – esse seria o motor do pensamento de Marx.

Sobre as doutrinas historicistas, Popper afirma que não são exclusividades de Marx. O autor as encontra em Platão, Hegel, Stuart Mill e, quando se refere à antiguidade, na sua obra *“Conjectures and refutations”* (Conjecturas e refutações) Popper faz seguinte afirmação:

Elas parecem ser de origem oriental; de fato, a idéia judaica do povo eleito é uma idéia historicista típica - que a história tem um enredo cujo autor é Javé, e que a trama pode ser parcialmente desvendada pelos profetas. Essas ideias expressam um dos sonhos mais antigos da humanidade – o sonho da profecia, a idéia de que podemos saber o que o futuro nos reserva e que podemos lucrar com tal conhecimento ajustando nossa política a ele valer desse conhecimento ajustando a ele nossa conduta (POPPER, 2002, p. 515).

¹⁰ É importante ressaltar que todas as vezes que Popper fala de historicismo, ainda que, em boa medida, tenha Karl Mannheim e Marx como alvos, ele está pensando em qualquer sistema de pensamento ou teoria que opere com as ideias do destino histórico ou com a necessidade de fazer predições.

As suposições de que as doutrinas historicistas remontam às concepções judaicas sobre sua eleição por Javé podem ser encontradas em outros autores que, à semelhança de Popper, tecem inúmeras críticas às ideias de que à história ter-se-ia reservado algum sentido teleológico. Por exemplo, o sociólogo e historiador Raymond Aron (1905-1983), no seu livro *L'opium des intellectuels* (1955) (O ópio dos intelectuais), designa o marxismo como uma *escatologia* que atribui ao proletariado o papel de salvação do coletivo (ARON, 2004, p. 71).

A partir do uso dessa expressão – *salvação do coletivo* –, Aron pensa o marxismo (na sua crítica) com os mesmos instrumentos da linguagem que circundam o universo de interpretação da religião judaico-cristã: doutrina que anuncia os acontecimentos futuros cujo ápice se realizará num reino messiânico.

A noção de uma classe eleita, marcada pelo sofrimento, e a missão de recompor o destino humano por meio do desenvolvimento da história, permite a essa classe não somente uma evidente *teleologia*, mas as condições necessárias para empreender todo o esforço possível em busca da instauração da liberdade pelas vias da revolução. A sedução de tal pensamento reside no fato de que, dentre outras coisas, o marxismo sustenta uma plataforma de crenças configurada (na aparência) em elementos científicos, razão pela qual atrai inúmeros indivíduos nutridos de fé. Essa assertiva é muito bem explicitada na obra “*O marxismo de Marx*”. Aron enxerga nos textos do jovem Marx (1841-1847-48) – o que lhe parece essencial – não somente a história como portadora de uma missão, mas “a relação entre um devir necessário e a ação humana” (ARON, 2005, p. 69).

O segundo autor a fazer uma leitura sobre o sentido da história é o filósofo e historiador das ideias Isaiah Berlin (1909-1997). No seu texto *Uma mensagem para o século XXI* – fruto de suas conferências – Berlin faz uma crítica às correntes de pensamento que, ao olharem para a história como uma sucessão de acontecimentos movidos por leis de desenvolvimento, assumiram todas as formas totalitárias e violentas do século XX. A essas concepções – de que por meio da realização das lutas pelos atores a história faria emergir as suas pró-

prias soluções culminando numa sociedade harmônica – Berlin nomeia de “*otimismo metafísico*”, para o qual não se encontram evidências na experiência histórica” (BERLIN, 2016, p. 43).

Sobre essa designação de que há um percurso histórico que, uma vez descobertas as chaves (as leis) que abrem os sentidos a serem trilhados, afirma Berlin (2016): “como conheço o caminho para chegar à solução final para a sociedade, conhecerei os caminhos pelos quais conduzir a caravana” (p. 45). Há uma justificativa na base dessas ideias (uma ideia bem hegeliana), a saber: se a luta é o palco para o movimento, é necessário cumprir o enredo prescrito na história, para que se cumpra a utopia.

O terceiro autor, o historiador francês François Furet (1927-1997), em seu texto *Le passé d'une illusion* (1995) (O Passado de uma ilusão), ao estudar o comunismo russo, aproxima as suas perspectivas de estudo dos autores anteriores, inclusive, na medida em que enxerga na ideologia comunista (além da “Razão histórica”) um componente religioso: a fé que transforma a política numa crença de que é possível tomar as rédeas do curso histórico. Sobre essas ideias que encobrem o comunismo, Furet explica:

(...) explica-se o paradoxo pela sobrevivência desse famoso sentido da História, outro nome de sua necessidade, que serve de religião para aqueles que não têm religião e, portanto, é tão difícil e até tão doloroso de abandonar. Ora, é preciso fazer esse trabalho do luto para entender o século XX (FURET, 1995, p. 16).

A questão levantada por Furet é sobre a crença ou o mito de que existe uma espécie de missão para calcular as transformações sociais pelos atores em cena, e o suporte que sustenta o mito é justamente a crença no “imbricamento de épocas históricas sucessivas” (FURET, 1995, p. 15). Nesse caso, a religião, eivada de paixões, é transposta para a política, a fim de que seja concluída com a salvação final por meio da evolução histórica.

As ideias desses autores (Aron, Berlin e Furet) se alinham, em boa medida, como se vê, às ideias de Popper. Além da crítica que Popper faz às cor-

rentes de pensamento que enxergam leis inexoráveis para justificar o que se pode fazer no decurso da história, sua posição crítica se volta, igualmente, para o fato de que caberia ao cientista social fazer previsões na mesma medida equiparativa que um cientista das ciências da natureza faria em relação a algum fenômeno natural.

O historicismo, enquanto objeto de estudo e crítica de Popper, assume um horizonte hermenêutico claro: é a crítica ao entendimento de que, uma vez descobertas as leis (pois sua existência já seria uma premissa real) de desenvolvimento social, é possível demarcar os empreendimentos políticos que guiam os indivíduos em direção ao destino final. Por causa disso Popper, ao tempo em que dirige sua crítica ao historicismo (a uma faceta do historicismo, pois seu interesse não é abarcar os problemas dos historicismos anteriores), propõe uma teoria da história desvencilhada das tendências historicistas.

Como forma de demarcar sua crítica ao historicismo (visando seu otimismo ativista), Popper argumenta a partir de cinco enunciados (aqui sintetizados) na sua obra *The Poverty of Historicism*:

1. O curso da história é fortemente influenciado pelo crescer do conhecimento humano.
2. Não é possível prever, através de recurso a métodos racionais ou científicos, a expansão futura de nosso conhecimento científico.
3. Não é possível, conseqüentemente, prever o curso futuro da história humana.
4. Não pode haver uma teoria científica do desenvolvimento histórico a servir de base para a predição histórica.
5. O objetivo fundamental dos métodos historicistas está, portanto, mal colocado (POPPER, 2002, p. 9).

Essas demarcações críticas de Popper traduzem o campo epistemológico no qual está imerso: o entendimento de que nenhum conhecimento pode ser lançado numa redoma dogmática. Tomando como modelo o primeiro enunciado, por exemplo, (sobre o crescimento do conhecimento), percebe-se que a validade do argumento de Popper reside no fato lógico de que, uma vez que o conhecimento está em processo de crescimento – o que é um axioma inegável – como seria possível prever, dentro dos acontecimentos em curso,

no presente, o que só se saberá no futuro? a predição assume, nesse caso, não somente traços de uma “*Engenbaria utópica*”¹¹, mas um conjunto de proposições inválidas para análise dos eventos históricos.

A relação entre o historicismo e o utopismo apresenta outra dificuldade para Popper: o fato de que ambos postulam que seus propósitos não seriam resultados das escolhas, oriundas de uma “decisão moral”, mas insistem que tais finalidades podem incidir não somente nas descobertas (científicas, inclusive) das chaves históricas, mas que essas descobertas representam os verdadeiros anseios e objetivos da sociedade (POPPER, 2002, p. 65).

Levantamos, aqui, um argumento por meio do qual Popper problematiza as finalidades dos historicistas em querer representar, no seu otimismo, as vontades, os anseios e os objetivos de toda a sociedade. A premissa argumentativa de Karl Popper, discutida no capítulo: *Has history any meaning? A história tem significado?* do livro *The Open Society and Its Enemies*, está relacionada diretamente ao que ele propõe como leitura para uma teoria da história, a saber: os acontecimentos históricos não possuem um fim em si mesmos, pois, na esteira dos acontecimentos, as descrições históricas feitas pelos indivíduos estão subordinadas necessariamente aos *atos seletivos*.

A atividade que consiste na seleção dos fatos não é um procedimento fortuito para Popper, ao contrário, é resultado da compreensão de que a teoria – enquanto “hipótese operante” – não possui um caráter final, mas incompleto, no ordenamento dos fatos (POPPER, 2013, p. 562). Além da exigência de que a teoria precisa ser testada pelos fatos, a fim de estabelecer sua confiabilidade, Popper destaca o caráter infinito e variado dos temas os quais, por meio de instrumentos finitos (as palavras, por exemplo), as descrições seletivas históricas e sociais devem abordar.

¹¹ Engenharia social, holista ou Engenharia utópica, são conceitos correlatos no pensamento popperiano, contrários, portanto, à *Engenbaria social de ação gradual*. Enquanto esta reconhece a impossibilidade de criar instituições inteiramente seguras ou perfeitas, buscando “remendar por partes”, isto é, seus adeptos procurarão operar com pequenos ajustes, pois se tem consciência de que se sabe muito pouco, aquela pretende a remodelação de toda a sociedade, segundo as diretrizes definidas. Pretende ainda “conquistar as posições-chaves” para saber e definir o funcionamento das forças históricas que hão de moldar e reconstruir o futuro das sociedades em desenvolvimento. Cf. (POPPER, 2002, p. 60).

Ao qualificar as descrições históricas como atos seletivos e ordenados pelos historiadores, Popper dá um passo adiante: a crítica não é somente ao fato de que na descrição histórica as ações dos historiadores são seletivas; conclui que não se deve falar de “causa e efeito de modo absoluto”, uma vez que “um acontecimento é causa de outro acontecimento”, isto é, seu efeito (POPPER, 2013, p. 564). Por isso, as “*leis universais*” são, em muitos aspectos, mais assentes (apoios) do que bases de uso consciente, o que nos leva a pensar que o ato de predizer é apenas uma face de uso no curso dos acontecimentos.

Dessas premissas, extraímos duas teses: 1) o autor constata que as leis universais utilizadas para a explicação histórica são insuficientes, pois não oferecem qualquer “princípio seletivo ou unificador” para a história. Daí o problema que Popper lança sobre uma teoria que pretende explicar tudo, sobretudo pelo fato de que, quando se verifica outras formas de interpretações, a primeira premissa (a que propõe explicar tudo) é falseada nas suas pretensões explicativas, o que nos leva à segunda tese: 2) o autor lembra que não se deve pensar que uma interpretação geral tenha obtido confirmação, ainda que seja confirmada por seu acordo com os registros, uma vez que outras possíveis interpretações¹² (incompatíveis entre si, talvez) também podem ser correlacionadas aos registros.

Assim, Popper acaba por apontar as fragilidades historicistas a partir de três premissas: a) o historicista carrega a crença de que não seria ele o agente que escolhe e ordena os fatos da história, mas atribui a própria história e as suas leis, as determinações sobre os nossos problemas, futuro e ponto de vista; b) a interpretação historicista não parte de seus problemas cruciais, práticos e específicos, ao contrário, ao olhar a história, deduz encontrar nela a essência do destino humano; c) o historicista esforça-se em encontrar o caminho (“*a chave da História*”, e o seu sentido), pelo qual a humanidade possa andar (POPPER, 2013, 570).

¹² Não se deve pensar que tais considerações – sobre as muitas faces das descrições históricas – conduzam Popper a relativizar as descrições, como se a verdade e a objetividade fossem conceitos rejeitados pelo autor, ao contrário, o que Popper põe em jogo são as formas que almejam tornar absolutas quaisquer pretensões interpretativas sem passar pelo crivo dos testes a partir de outras descrições.

Dessas premissas – impossibilidade de falar do passado como uma essência, pois o que há são infinitos temas, seleção das descrições históricas, o que implica falar apenas de uma face dos múltiplos acontecimentos, e a impossibilidade de leis, pois os eventos não têm as mesmas fisionomias em todos os lugares –, Karl Popper (2013) faz duas declarações: a) “a história não tem significado” (p. 571) e b) “não há história da humanidade, há apenas um número infinito de histórias de todas as espécies de aspectos da vida” (p. 571).

Ao dizer que a história não tem qualquer significado, Popper não quer desconsiderar a história nas suas singularidades. A história pode ser interpretada a partir das especificidades dos problemas do presente, por exemplo, a “luta por uma sociedade aberta” (POPPER, 2013, p. 579). Embora a história não seja teleológica – não tendo fins em si mesma –, pode-se interpretá-la visando esses fins, ou atribuindo essa significação.

Para Popper, “em vez de posar como profetas, devemos nos tornar os criadores de nosso destino” (POPPER, 2013, p. 581). O autor parte da ideia de que é preciso encarar os nossos próprios erros, e que os fatos, sejam eles oriundos da natureza ou da história, não podem dirigir as decisões, as escolhas e os destinos dos indivíduos. À vista disso, são os próprios indivíduos que dão sentido e propósito à natureza e à história, quando, por exemplo, lutam pelo aperfeiçoamento das instituições, no sentido de que se tornem mais racionais, ou mesmo por direitos diversos.

Conclusão

O historicismo, como foi mostrado, é um conjunto de pensamentos e ideias onde não se encontra uma estrutura coesa, homogênea, mas multifacetada. Procuramos mostrar, neste artigo, que o historicismo de Karl Popper é de outra dimensão, se comparado com a Escola Alemã. Karl Popper parte de seu próprio campo teórico, a saber, que é impossível elevar qualquer teoria à categoria de verdade absoluta em termos epistemológicos. Ao propor que a possibilidade do erro é um elemento central para a constituição do conhecimento

científico, Popper indica o mesmo caminho na sua análise acerca da natureza do conhecimento histórico.

Os elementos comparativos entre o historicismo de Popper e aqueles associados ao movimento romântico, e o alemão, evidenciam que Popper não somente diferencia o seu campo de investigação, mas que esse campo teórico é demarcado por uma impossibilidade objetiva: o historicismo é insustentável, pois, ao propor que, uma vez descoberto o enredo, as chaves da história, é possível prever a marcha que os indivíduos, por meio de leis inexoráveis, podem chegar a um futuro previsível, não corresponde ao que ocorre na realidade empírica.

A história, assim entendida, não tem significação. Para fundamentar essa conclusão procuramos mostrar que o argumento de Popper se volta para o fato de que os acontecimentos históricos são tramados por um conjunto infundável de temas que são objeto de processos seletivos por parte dos historiadores. Ao criticar o historicismo, Popper defende que as previsões se baseiam em aspectos (ou recortes), dos acontecimentos, razão pela qual é impossível falar de leis gerais que compreendam todas as características históricas e sociais e contemplem os anseios e objetivos de toda a sociedade.

Finalmente, a proposta de Popper leva em consideração a noção de que é preciso romper com qualquer ideia dogmática. O modo como o autor propõe sua teoria da história parte do pressuposto de que precisamos assumir o controle das nossas ações. O historicismo quer secular ou religioso, não pode determinar os caminhos pelos quais os indivíduos devem trilhar. Por isso Popper, ao mesmo tempo em que recusa o determinismo histórico, preconiza a ação humana como valor, propondo a luta por uma sociedade aberta e democrática, guiada pela razão e pelo ideal de justiça.

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. **L'opium des intellectuels (1955)**. Paris, Calmann-Lévi, 2004
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da história**, vol. II: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2011.
- BERLIN, Isaiah. **Political ideas in the romantic age**. Second edition published by Princeton University Press, EUA, 2014
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. **As dimensões do historicismo: um estudo dos casos alemães**. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007.
- FURET, François. **Le passé d'une illusion: Essai sur l'idée communiste au XX siècle**, Éditions Robert Laffont, S.A., Paris 1995.
- FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, São Paulo, EDUSC, 2004.
- LLOSA, Mario Vargas. **La llamado de la tribu**. Penguin Random House Grupo Editorial, Barcelona, 2018.
- MILLER, David. **Sir Karl Raimund Popper**. In: Khronos: revista de história da ciência, nº 1 São Paulo: Humanitas, 2010.
- MARTINS, Estevam de Rezende. **Historicismo: tese, legado, fragilidade**. História Revista. 7. 1-22. Jan./dez., 2002.
- O'HEAR, Anthony. **Karl Popper: filosofia e problemas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- POPPER, Karl. **O racionalismo crítico de Karl R. Popper**. In: REALE, G; ANTISERI, D. História da filosofia, v. 7: de Freud a atualidade [tradução Ivo Storniolo]. – São Paulo: Paulus, 2006.
- POPPER, Karl. **The Open Society and Its Enemies**. First single-volume Princeton University Press printing, 2013.
- POPPER, K. **The Poverty of Historicism**. New York : Routledge, 2002
- POPPER, K. **Conjectures and Refutations**. New York : Routledge, 2002
- PELUSO, Luis Alberto. **A filosofia de Karl Popper: epistemologia e racionalismo crítico**. Campinas, SP: Papirus, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1995.
- REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SNYDER, Timothy. **Sobre a tirania:** vinte lições tiradas do século XX para o presente. Tradução Donaldson M. Garschagen. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.